



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 19/09/2023, ÀS 19h00, PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024.

Aos décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, no auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Marleciene Priscila Presta Bonfin nesta municipalidade. Compareceram os que assinaram a lista de presença anexa, às dezenove horas, para a audiência pública de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024. Fora distribuído aos participantes a autorização de uso de imagem e voz, em conformidade com a Lei 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados, bem como formulário de manifestação e participação dos presentes, no referido impresso foi possível escolher até três ações que o participante julgasse importante e ressaltando o espaço para sugestões. O mestre de cerimônia o sr. José Alex, chamou ao palco a sra. Maria Luísa Denadai, Secretária de Finanças, que em seu turno iniciou a audiência agradecendo a presença de todos os presentes, inclusive do sr. Darci Pinheiro representante do conselho de Saúde, da sra. Fábila do conselho do FUNDEB, do sr. Bispo presidente do sindicato dos Servidores Públicos de Hortolândia, do sr. Marcio e do sr. Zeliomar da Associação dos moradores do bairro Santa Maria e Orestres Ongaro, realizados os agradecimentos de presença, a palavra foi transferida para o sr. Edvaldo, presidente da Câmara dos Vereadores este, por sua vez, agradeceu a presença de todos e parabenizou o os envolvidos na realização do evento, por fim ressaltou a importância da participação popular, destacando que tal projeto, ainda será encaminhado ao crivo dos vereadores lembrando que algumas diretrizes sequer podem receber alterações, ressaltou ainda que após a Audiência Pública o Projeto de Lei em discussão, será protocolado na Câmara Municipal de Vereadores no dia 29 de setembro para aprovação. Concluída a abertura a sra. Luísa iniciou seus ensinamentos sobre orçamento público, iniciou explicando que a primeira parte da audiência, será uma aula sobre o orçamento público. Partiu explicando a importância do Planejamento na Gestão Pública, o qual envolve o trabalho do Planejamento Estratégico de Governo, o Planejamento Administrativo e o Planejamento do Desenvolvimento e Ocupação do Espaço Urbano, exemplificando através dos locais onde serão construídas as indústrias e ainda o Planejamento com Demandas da População a somatória destes tópicos dão origem a três normas o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). No PPA o planejamento é realizado para os próximos quatro anos de governo, definindo o diagnóstico dos problemas e o público alvo. Na LDO, por sua vez, são estabelecidas as principais metas para o orçamento do exercício seguinte. Por fim, na LOA consta o detalhamento de como serão executadas as políticas públicas ex. na área da educação, na área da saúde, planejamento urbano e todas as políticas públicas o município. Explanou ainda que tudo gira em torno das políticas públicas, ou seja, as necessidades dos cidadãos. Esclarecendo para que o bom funcionamento da máquina pública, são necessários, além de recursos financeiros, recursos humanos, estrutura (prédios e equipamentos) e principalmente respeitar os limites legais, tais como



25 % dos recursos municipais devem ser direcionados à educação, na saúde no mínimo 15% dentre outras. Preconizando que em um dos lados temos as demandas, que são infinitas e de outro os recursos que ao contrário são finitos. Fora apresentado uma imagem, elucidativa, onde uma família ao realizar a contabilidade doméstica confere as despesas mensais, tais como aluguel, água, energia elétrica, telefone, prestação da geladeira esclarecendo que tais despesas são classificadas como custeio aquelas de primeira necessidade trazendo para a realidade da prefeitura, citou o funcionamento de escolas, centro de saúde em funcionamento, limpeza urbana, entretanto classificado como investimentos e demandas temos (na ilustração apresentada de forma didática, trata-se do sonho de adquirir uma bicicleta do menino), um novo viário, a construção de um centro de saúde, uma creche nova, tudo que vai acrescentar. Iniciando a elaboração da referida Lei, preliminarmente, deve-se projetar a receita para o próximo ano, baseando-se na receita dos últimos 2 anos, no crescimento da economia, no PIB (Produto Interno Bruto), realizando para tanto um cálculo mais realista, dentro das possibilidades, receita tributária (como IPTU, IR, ISS, ITBI, e as Taxas), receitas de contribuições a previdência dos servidores e a CIP (Contribuição de Iluminação Pública) outras receitas são a patrimonial (proveniente de juros) e Receitas Correntes (ICMS, dívida ativa, multas etc), deixou bem claro, entretanto, que após a reforma tributária provavelmente tal quadro sofrerá alterações. Explicou ainda que em alguns casos, a origem da receita irá determinar qual despesa será onerada, exemplo, recebeu um convênio (receita de capital) não poderá ser utilizado para folha de pagamento, apenas para o investimento que deu origem. Levantado a previsão de receita passa-se a calcular as despesas, para tanto, precisamos calcular os gastos de 2023, aplicação da máquina pública, convênios específicos de cada área, folha de pagamento, dívidas do município, repasse a Câmara (até 6%), contratos novos, obras em andamento, outros custeios como água, luz, telefone, cestas básicas, locação de máquinas, medicamentos etc, havendo um saldo renascente poderemos incluir novas despesas. Frisou ainda que um investimento inicial poderá se tornar um custeio permanente a título exemplificativo, se construir uma escola, haverá custos de água, luz, contrações, mudando a classificação. Lembrou que existem limites estabelecidos pela lei: gastos com pessoal o limite de 54% e 51,30% o limite prudencial, já com educação precisamos gastar pelo menos 25% do valor arrecadado com os impostos, para a saúde mínimo 15%, já com profissionais da educação mínimo 70% do FUNDEB preconizando, no entanto, que, tanto as receitas quanto as despesas devem estar equilibradas e ao nível de fonte de recursos e vinculação, momento em que passamos a elaborar o projeto de lei que será encaminhado a Câmara dos Vereadores. Em seguida com a palavra o Sr. Cristiano Rezende Penha, Economista do Departamento de Planejamento Orçamentário, que em seu turno cumprimentou a todos, perguntando a plateia se alguém teria alguma previsão da receita municipal, um dos participantes deu o seu palpite em R\$ 1.500.000.000,00. Passou a apresentar a projeção da receita para 2024 em R\$ 1.630.610.000,00, portanto, um crescimento de 22,2%, em comparação ao ano de 2023, apresentou ainda os índices utilizados para chegar neste valor, sendo PIB de 2,3%, Inflação 3,9% e dólar a R\$ 5,00, apresentou ainda a evolução da Receita Corrente Líquida que está orçado em

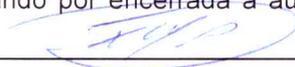


14,7% frente ao ano anterior totalizando R\$ 1.325.466.300,00. Apresentou ainda os valores esperados das principais receitas ICMS R\$ 335.000.000,00, ISSQN R\$ 223.400.000,00, FUNDEB (exclusivo da educação) R\$ 195.840.100,00, FPM (repasso federal) 138.450.00,00, ITPU R\$ 77.500.000,00 e IPVA R\$ 60.850.000,00 (metade do valor pago pelos proprietários de veículos cadastrados no município), classificando a receita por categoria econômica, teremos 51% são referentes a Transferências Correntes líquidas da dedução do FUNDEB – R\$ 824.899.800,00; 26% Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$ 425.123.000,00; 9% Receitas de Contribuições R\$ 144.926.000,00; 6% Operações de Crédito R\$ 107.343.000,00; 4% de Receita Patrimonial R\$ 58.734.000,00; 1% Transferências de Capital R\$ 25.584.900,00; 2% Outras Receitas Correntes R\$ 28.989.300,00; 1% Alienação de Bens R\$ 15.000.000,00 e a receita de Serviços que não representa percentual significativo. Após, Cristiano apresentou o montante da Receita por Fonte de Recurso, onde 57% são do Tesouro equivalente a R\$ 937.912.300,00, 14% Transferências e Convênios Estaduais Vinculados R\$ 226.287.100,00, 10% Administração Indireta R\$ 158.264.000,00, 12% Transferências e Convênios Federais Vinculados R\$ 200.334.600,00, 7% Recursos oriundos de Operações de Crédito R\$ 107.368.000,00, Recursos Próprios de Fundos Especiais Vinculados que correspondem a R\$ 444.000,00 (não considerável percentualmente). Da Receita Total, há que se considerar os recursos destinados à Câmara Municipal e ao Instituto de Previdência totalizam R\$ 208.436.000,00, além das receitas de capital, (oriundas de convênios federais e/ou estaduais e empréstimos) e repasses para a Educação que totalizam R\$ 147.927.900,00. Desta forma, a receita líquida do Tesouro para 2024 da Prefeitura será de R\$ 887.740.300,00, referentes a 54,44% da receita total, para livre movimentação. Dando sequência à audiência, Cristiano apresentou as despesas por Órgão, considerando o montante total das despesas, ou seja, R\$ 1.630.610.000,00 teremos 87% destinado a prefeitura totalizando R\$ 1.422.174.000,00, à Câmara R\$ 50.172.000,00 (3%) e ao Instituto de Previdência (10%) R\$ 158.264.000,00. Já as despesas por categoria econômica da Prefeitura estão orçada na ordem de R\$ 1.422.174.000,00, já descontados os valores correspondentes à Câmara Municipal e ao Instituto de Previdência. Deste montante, 37% estão voltados a atender despesas com pessoal (R\$ 521.163.675,00), 43% com despesas correntes (R\$ 615.112.180,00), 11% com investimentos (R\$ 150.771.145,00), 9% para encargos (Dívida, Precatórios, PASEP e Aporte Previdenciário totalizando R\$ 134.127.000,00) e por fim, a reserva de contingência R\$ 1.000.000,00 o que não representa uma percentagem significativa. Após apresentou as proporções das despesas por Secretarias orientando que os valores apresentados já estão contabilizados as despesas com folha de pagamento, a secretaria de Saúde contou com R\$ 376.826.120,00 (26%), a Educação ficou com R\$ 381.430.850,00 (27%), frisando entretanto que somadas ambas as secretarias contam com mais de 50% do valor total, afinal, possuem um custeio muito alto, Obras contará com R\$ 151.332.000,00 (11%), Finanças incluindo os encargos e dívidas do município R\$ 151.691.900,00 (11%), Reserva de Contingência R\$ 1.000.000,00 (0%), Chefe do Poder Executivo Municipal R\$ 913.000,00 (0%), Cultura R\$ 15.305.100,00 (1%), Esporte R\$ 16.932.100,00 (1%), Governo R\$ 24.837.100,00 (2%),



Planejamento Urbano R\$ 16.453.530,00 (1%), Jurídico R\$ 9.806.000,00 (1%), Administração R\$ 64.091.100,00 (5%), Meio Ambiente R\$ 18.438.100,00 (1%), Segurança R\$ 29.527.200,00 (2%), Desenvolvimento Econômico R\$ 5.974.900,00 (0%), Serviços Urbanos R\$ 76.369.100,00 (5%), Mobilidade Urbana R\$ 33.945.100,00 (2%), Habitação R\$ 8.083.100,00 (1%) e Inclusão social R\$ 39.217.700,00 (3%). Ressalta-se que as receitas provenientes de impostos e transferências totalizam R\$ 944.521.000,00 sendo que no Ensino serão investidos 25% (R\$ 236.130.250,00) e na Saúde que o mínimo a ser investido seria 15% a municipalidade está investindo 25%, portanto R\$ 227.798.920,00 em conformidade com a legislação vigente. Cristiano finalizou a sua apresentação agradecendo e passando o microfone para a sra. Maria Luísa que em seu turno abriu às indagações populares. Neste supedâneo, foram atendidos dois munícipes: O sr. Márcio representante dos moradores dos bairros Santa Maria, Orestes Ongaro e entorno, dividiu sua questão em duas partes: 1 – No campo da saúde onde questionou sobre a necessidade de atendimento de modelo UBS (Unidades Básicas de Saúde) vez que a sua região contaria apenas com USF; 2 – Alegou a ausência de escolas e creches nos bairros que ele representa. O sr. Márcio Ramos, o segundo munícipe a realizar perguntas, recordou de alguns números trazidos pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), apresentada em 11 de abril de 2023 segundo o participante, na LDO foi apresentado o valor de 62% no tesouro, no entanto na LDO esta percentagem baixou para 57% de acordo com os ajustes. Outros números percebidos pelo cidadão, foi que de 24 % da receita temos 9% proveniente de verbas federais e 15% do governo do estado, portanto, fora do tesouro. Após apresentado estes números, sua inquirição, foi a principal fonte de investimento destas receitas. Atendendo ao primeiro questionador, uma das representantes da Secretaria de Saúde a sra. Aparecida Banbini, Diretora do Departamento de Planejamento da Saúde, explanou que pelo viés do Ministério da Saúde, todas as antigas USF (Unidade de Saúde da Família) foram convertidas em atendimento de UBS, e ainda que hoje o município conta com 7 grandes UBS, no entanto, que outras menores estão presentes em outros bairros, ressaltando ainda que nestas UBS presente em território menores, podemos verificar a estratégia de saúde da família, que consiste em médicos multiespecialidades, bem como uma equipe multidisciplinar para auxilia-lo em outras especialidades , totalizando 17 UBS. Aparecida, ainda trouxe números extremamente relevantes, citou que a municipalidade conta com uma cobertura de atenção primaria de mais de 68% lembrando que já está sendo pleiteado mais profissionais através do Programa Mais Médicos, destacou ainda a previsão de ampliação de equipes de atendimento da família. Já atendendo ao questionamento quanto a aplicação da rede de ensino na região representada pelo primeiro questionador, a representante da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia a sra Simone Antoniel, diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, esclareceu que há um Termo de Compromisso, já no orçamento para o próximo exercício, junto ao FNDE para construção de creche no Jardim das Flores e ainda que mais duas ampliações estão em fase de aprovação, sendo que uma delas encontra-se na EMEIEF Luíza Vitória Oliveira Cruz, localizada exatamente em um dos bairros, representados pelo cidadão que realizou a pergunta e a duas ampliação de duas salas de aulas no Jardim Santa Esmeralda. A participante,



ora representante do poder público, ainda citou a que se encontra, em fase de implantação a contratação de OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que, em seu turno, irão atender, inicialmente, aproximadamente 800 crianças de 0 a 3 anos. Sobre os números trazido pelo municípe que efetivou o segundo questionamento, o sr. Cristiano, economista representante do poder executivo, informou que dentre as receitas apresentadas a título de convênio estadual a maior parte provem do FUNDEB, lembrando ainda que outros menores são para recapeamentos, obras e saúde, preconizando, entretanto, que a parte mais significativa provém do FUNDEB, tratando-se de um fundo distribuído aos municípios de acordo com a quantidade de alunos matriculados no ensino infantil e fundamental. A sra. Luísa Denadai lembrou que o questionário, apresentado pelo município é o indicador popular que dará direcionamentos das prioridades dos recursos dentro das ações, colocando-se a disposição para esclarecimentos e sugestões, agradeceu a presença da população, dando por encerrada a audiência da LOA 2024 às 20:09 onde eu, Willian Tetsuo Hosaka Bifon  _____, servidor do Departamento de Planejamento Orçamentário, lavrei a presente ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Lucivaldo M. Sales Ferraz	Mobilidade Urbano	[Assinatura]
Jamone Cardozo	Des. Econômico	[Assinatura]
Romário Domingos Bertaglia	Com. Saúde	Romário
Opavinda Bandeira Nair	Sec. Saúde	Opavinda
Marcos Luiz de M. Costa	Soc. Ans	[Assinatura]
Pedro V. C. Miguel	SMF	Pedro V. Miguel
EDSON N. SILVA	PMH - ESCOLA	[Assinatura]
CRISTIANO R. PENHA	PLANEJ. ORÇ - SMF	Cristiano Penha
Jose Alex. R. Soares	Dir. Tuberculoso	[Assinatura]
Fabio Luis B. B. B.	CACS FUNDOPB -	Fabio Luis B. B. B.
Jose Carlos Buijs da Paiz	STSPMH	[Assinatura]
Jamone C. Antunes	Educação	[Assinatura]
Adriana Ozedo de Sá	Sec. Finanças	[Assinatura]
Edson Roberto de Sa	Soc. Administração	[Assinatura]
Juana Gomes	Sec. Saúde	[Assinatura]
Isabela Daloli	SMECT	[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Reginald Gotti Floriano Junior	Sec. Educação, Ciência e Tec.	Reginald Gotti
Geovani Faria	Sec. Inclusão	Geovani Faria
Leoncio Otavias	SMGE	
Renata Koculy P. Amoretti	SMIDV	RN.
Sergio R. Gazi	Sec. PMOAS	
Alessandra R.S. Ghurrdelli	Sec. assuntos juridicos	Alessandra R.S. Ghurrdelli
FELIOMAR PATYTO DE AZEVEDO	PROPOSTA MARCO	
Samyia de Azevedo	Secretaria municipal de Urban.	Samyia de Azevedo
Isabel Taveirante	CMASH	Isabel Taveirante
Isisiane R. Mantovani	Secret. Cultura	Isisiane R. Mantovani
Thaiana Damasceno R.S. Dideira	Sec. Saúde	Thaiana Damasceno R.S. Dideira
Daniel S. Oliveira	Cidadão	Daniel S. Oliveira
RENATO SARTO	SEL. ORÇ. 13	Renato Sarto
JOSÉ JOSÉ RIBEIRO DA COSTA	SMIDS	José José Ribeiro da Costa
Francisco de Paula de Almeida	SMIDS	Francisco de Paula de Almeida
Deborah Koffman	SMS	Deborah Koffman



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Kelly Cristina de Carvalho	Câmara	Kelly
Carla da Silva Araujo	Câmara	Carla
Simone Paula de Fátima	Câmara	Simone
Clayson de Souza	UBS Jubaia	Clayson
Cirlei de C. Xavier	UBS Figueiras	Cirlei
Eliane Nascimento Nogueira	PMH - Secret. Meio Ambiente	Eliane
MARCELA A. DA SILVA	CIPA PMS	MARCELA
Fernanda Antunes	CAO Central de Abastecimento	Fernanda Ant-
Viviane C da Silva	São Sebastião	Viviane
Wagner Pereira da Silva	Finanças	Wagner
Tabada Regina Gomes	SMMAOS	Tabada Gomes
Silvia de Carvalho Pereira	São Sebastião	
Isabel Moura de Souza	mirante	
marlene Paes Cavallente		
Antonio P. Santos	Rua 21 de F	Fazdini mirante
CARLOS BONIFACIO	SEC. DE SEGURANÇA	Carlos



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Vicente Andrew Gu. Ho	Sec. Serviços de Bonos	
Marcos de Miguel M	Sec. Educação	
Paulo César Custódio de Oliveira	Município de Habitacão	
Nancy Aparecida Bendine	Sec. Educação	
Elisa Rodrigues Guimarães	AMAAH	
Geno A. G. da Costa	ESPEME e LAZAR	
Clara Kandratovki	SMMA DS	
Andréia S. Guimarães	Sec. Finanças	
Marcos das Neves P. Gaito	ETH	
Dani P. Martins de Jesus	Associação de Moradores	
Marlene Maria S. Farias	Associação Saúde	
Vanderlei Fernando de Azevedo	Associação Meio Ambiente	
Katia Simone A. Melo Aguiar	Associação São Pedro	
Cilene A. O. Mantuan	Sec. Saúde	
William Medina Ferraz	Sec. Obras	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
MARANTINO J. OLIVEIRA	SECRETARIA DE INCLUSÃO	
Luciana Pavan	Parque Hortolândia	
Lucilene	Santa Fé	
José	Santa Fé	
Maria Roseli D. dos Santos	Monte Mor -	
RICHARD PAULO DA S. MONTESSI	SP INTERLOCOS	RICHARD PAULO DA SILVA MONTESSI
Estrela	SP	Estrela
José dos Reis	CIDADÃO	
Somnil R.	CIDADÃO	
ALEXANDRE DE F. NOVO	PREFEITURA	
Antonio Gilson	SEG. PLANEJAMENTO	
Arminde Viniz de F	Santa Clara 2	
Luana Rodrigues Neves	Remanso Campineiro	Luana Rodrigues Neves
Aldo Luizio de Lc	Partido dos Trabalhadores	
Marcio Kaun	COND. BS. St. Ezequiel	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Luato Francisco dos	CMAS	[Assinatura]
Waldo Miro BASTHA JUNIOR	Sec. de Habitação	MIRO BASTHA
Maria dos Anjos dos Conceitos		[Assinatura]
Elaine Cristina de Sousa	SMADS	Elaine Sousa
Karenys F. Labrigalini	SMIDS	Karin
Souza Teixeira de Castro		[Assinatura]
João Luis Menezes	Sec. Educaçãp Cívica Seculo 21	[Assinatura]
Kenique de Jesus	Remanso	Kenique
Rilvanice Mantuero	Santa Amélia	Rilvanice Mantuero
Tommy - Tomago	Santo Maria	[Assinatura]
Guilherme Paul Ayra	Remanso	[Assinatura]
Paulo Sergio C. Tolrás	Creche Unipare	Paulo Sergio C. Tolrás
Edneia de Brito	3/10 São Pedro	[Assinatura]
Sivene A. Lima do Sile	Prefeitura	[Assinatura]
LENI PAULINO	PAIF	[Assinatura]
Elisandra Mad Galimosa		



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Secretaria / Conselho / Associação	Contato
Mônica Maria C. Santos	Remanso Campineiro	Secretaria
Bilhyo Vinícius de Moraes	Remanso Campineiro	Bilhyo
Alatino de Moraes	P. Odunira	
DANIEL G. GALVÃO	SEC. FINANÇAS	Daniel Galvão
Thais Aguiar de Aquino	SMECT (Educação)	Thais
Isabela Ap. dos Santos	Partido dos Trabalhadores	Isabela
Camilo Celis de Souza	" "	Camilo
Ívone de Silva	Secretaria de Finanças	Ívone
Erica Lohan	Secretaria de Finanças	Erica
Monique Cedra Freixet	Sec. de Planej. Urbano	Monique
Joovanna Laurencis	sec. Finanças	Joovanna
LAIRTON DOS SANTOS	SEC. SERV. URBANO & AMANDA	Lairton
Rene Neto	SMIBS	Rene Neto
Deiá Crisp	SMIS	Deiá
WILLIAN TETSUO HOSHIA BONFIM	SMF	Willian
Wesley Ap. dos Santos	Secretaria de Finanças	Wesley



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 19/09/2023 ÀS 19h00

LOCAL: EMEF PROFª MARLECIENE PRISCILA PRESTA BONFIM – RUA MARIA DE LOURDES CANGLERIANI, 92 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

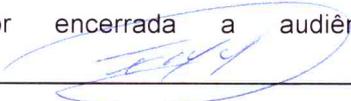
Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Wesley Mendes	Campes Unidas	Wesley
Maria J A Lima		
Vitor Alexandre		
Dymer Cassia	América 2	Dymer
Romário Braga de Brito		Romário
MATHEUS		
Josfa Elaine Angulo Rocha	Jardim Merante Senari	
Cristiano spray de Silva	Taguare Branco	
Antonio Marcos Silva Mendes	MEU AMBERG A	
Eraine R. O. Mello	Juridico	Eraine
Lurta Saldino	Juridico	Lurta
Camilla REZENDE PENHA	FINANÇAS	Camilla
MARIA LUISA DENADRI	PAM	Maria Luisa
João Alex F. Soares	PMH/Finanças	João Alex

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 22/09/2023, ÀS 10:00, PARA A APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024 AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ao vigésimo segundo dia do mês de setembro de 2023, no auditório do Centro de Formação de Profissionais da Educação Paulo Freire, sito Rua Euclides Pires de Assis nº 205, bairro Remanso Campineiro, nesta municipalidade. Compareceram os que assinaram a lista de presença anexa, às dez horas, para a audiência pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual de 2024 destinada ao Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar. Fora distribuído aos participantes a autorização de uso de imagem e voz, em conformidade com a Lei 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados, bem como formulário de manifestação e participação dos presentes, no referido impresso foi possível escolher até três ações que o participante julgasse importante e ressaltando o espaço para sugestões. A sra. Maria Luísa Denadai, Secretária de Finanças, se apresentou, cumprimentou os participantes iniciando a sua fala sobre Orçamento Público. Luísa deu uma breve explanação acerca do Planejamento, voltado para a Gestão Pública, esclareceu que os planejamentos Estratégico de Governo, o Planejamento Administrativo, Planejamento de Desocupação do Espaço Urbano e Rural somado as Demandas da população resultam no Planejamento Orçamentário que por sua vez é dividido em três Leis o PPA (Plano Plurianual validade de 4 anos, confeccionado no primeiro ano do governo e valido até o primeiro ano do governo seguinte), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias é anual tem por finalidade orientar as despesas públicas) e pôr fim a LOA (Lei Orçamentária Anual, ora em apresso, é anual e explicou que se trata de um detalhamento da previsão de recursos e despesas para o próximo exercício, sendo que o mesmo será direcionado para o câmara legislativa para aprovação). Em prosseguimento, Luísa esclareceu que temos uma demanda infinita por parte dos cidadãos, seja no âmbito da educação, saúde, segurança, infraestrutura etc. de outro lado temos os recursos que são finitos, dentre eles podemos citar os financeiros, humanos, estrutura e ainda os limites, estabelecidos pela Lei. A Secretária preconizou que a demanda é infinita, afinal, por mais que melhore o serviço aumentam-se os usuários. Ainda aos participantes, fora apresentado uma imagem, exemplificando de forma didática o cenário do Planejamento Orçamentário convertido em um orçamento doméstico onde os integrantes da família citam as despesas a serem superadas e a criança preocupada, uma vez que não sobraria recurso para a aquisição de sua bicicleta. No exemplo, a bicicleta seria o investimento a ser realizado pelo poder público. Na sequência, ressaltou que os objetivos do administrador público deverão constar nas seguintes leis: PPA - Plano Plurianual este por sua vez tem validade de 4 anos, confeccionado no primeiro ano do governo prazo para apresentação é 31 de agosto e valido até o primeiro ano do governo seguinte. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias – estabelece diretrizes e metas para o orçamento é anual e deve ser apresentado até o dia 15/04 e por fim temos a LOA - Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa, e deve ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores e após transformado em Lei, seu prazo para apresentação é de 30/09. Tratando-se de LOA para o exercício de 2024, tema da presente audiência, passou a explicar que a referida lei estima a receita e fixa a despesa para o ano

a que se refere; contendo a previsão dos valores dos Programas e ações definidos na LDO, detalhamento da receita por fonte de recursos e códigos de aplicação, projetando a arrecadação de cada recita, exemplificando IPTU, ICMS, IPVA (de veículos cadastrados no município) FUNDEB etc., despesas por categoria econômica, fonte de recursos e códigos de aplicação, custo anual de programas, ações e dotações orçamentarias devendo todas estas informações serem compatíveis com o PPA e LDO. Passou a lecionar sobre o processo de elaboração da competente LOA. Inicialmente, calcula-se as previsões de receita com base da arrecadação dos anos anteriores e de 2023 até agosto, sendo que cada uma das receitas é corrigida de uma forma diferente, levando em conta a inflação prevista (IPCA), a variação do PIB, Índice de Participação do Município (ICMS), histórico, etc. Dentre as receitas cabe ressaltar as Tributárias (IPTU, IR, ISS, ITBI, Taxas), as de Contribuições (Previdência Social, CIP), a Patrimonial (juros de recursos vinculados e não vinculados), a de Transferências Correntes (FPM, SUS, FNAS, FNDE, ICMS, IPVA, FUNDEB), outras receitas correntes e a receita de capital. Em seguida explicou o processo do cálculo da previsão das despesas, onde calculam-se a Folha de Pagamento, Dividas do Município, repasse a Câmara, contratos (dando continuidade aos contratos já iniciados), obras e outros custeios como água, energia, telefone, PASEP, cesta básica, combustíveis, materiais diversos, subvenções, e etc. Feito este levantamento caso a receita seja maior passamos a incluir novas despesas ou investimentos. Luísa ainda pontuou que a norma limita algumas despesas tais como: 1-Despesa com folha de pagamento, limite 54% da Receita Corrente Líquida, no entanto, há um limite prudencial de 51,30%; 2-Ensino (mínimo e 25% do valor arrecadado com impostos); 3-Saúde (mínimo 15% do valor arrecadado com impostos); 4-Despesas com profissionais da educação: mínimo 70%-Fundeb; 5-Receitas e Despesas devem estar equilibradas ao nível de recurso e vinculação. Em continuidade confecciona-se o texto do projeto de lei e mensagem, juntam-se os anexos e os gráficos, e protocola-se na Câmara, que neste ano será até o dia 29/09/2023. Luísa deu continuidade, apresentando os valores previstos para o próximo exercício, das quais temos uma evolução da receita total de 22,2% comparado a projeção de 2023 totalizando R\$ 1.630.610.000,00, ressaltando os índices de cálculo, PIB 2,3%, inflação 3,9% e dólar a R\$ 5,00 (boletim focus), já Receita Corrente Líquida uma evolução de 14,7% totalizando R\$ 1.325.446.300,00. As principais receitas apresentadas foram o ICMS com R\$ 335.000.000,00, o ISS com R\$ 223.400.000,00, o FUNDEB com R\$ 195.840.100,00, o FPM com R\$ 138.450.000,00, o IPTU com R\$ 77.500.000,00 e o IPVA com R\$ 60.850.000,00, citou ainda a receita por Categoria Econômica sendo Transferência Corrente (líquida do FUNDEB) R\$ 824.899.800,00 (51%); Receita Patrimonial R\$ 58.734.000,00 (4%), Contribuições R\$ 144.926.000,00 (9%), Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$ 425.123.000,00 (26%), Transferências de Capital R\$ 25.584.900,00 (1%), Alienação de bens R\$ 15.000.000,00 (1%), Operações de Crédito R\$ 107.343.000,00 (6%), Receitas de Serviços R\$ 10.000,00 (0%) e Outras Despesas Correntes R\$ 28.989.300,00 (2%). Em se tratando em receita por Fonte de Recurso sra. Luísa apresentou a seguinte projeção 57% são do Tesouro equivalente a R\$ 937.912.300,00, 14% Recurso Estadual R\$ 226.287.100,00, 10% Administração Indireta R\$ 158.264.000,00, 12% Recurso Federal R\$ 200.334.600,00, 7% Recursos oriundos de Operações de Crédito R\$ 107.368.000,00, Fundos que correspondem a R\$ 444.000,00 (não considerável

percentualmente) o que totaliza R\$ 1.630.610.000,00. Considerando a receita por origem dos recursos da secretaria anfitriã temos: FUNDEB (52%) R\$ 198.490.100,00; Transporte Escolar - PNATE (0%) R\$ 2.000,00; Merenda - PNAE (1%) R\$ 4.748.000,00; Decêndio – Depósitos Remunerados (0%) R\$ 116.000,00; Tesouro – Recurso Ordinário (2%) R\$ 8.720.500,00; Educação – Tesouro (35% do valor total da projeção da Secretaria) R\$ 131.965.250,00; Convênios – Receita de Capital (2%) R\$ 6.449.000,00; QESE (8%) R\$ 30.940.000,00. Pontuou a receita por fonte de recurso e apresentou a seguintes cifras: Tesouro Ordinário – Excluindo-se os 25% obrigatórios por lei (2%) R\$ 8.836.500,00; Tesouro - 25% (35%) R\$ 131.965.250,00; Estadual (52%) – ressaltado, entretanto, que 99% deste recurso é o FUNDEB – R\$ 198.490.100,00; Federal (11%) R\$ 40.239.000,00. Luísa em ainda em sua explanação ressaltou que da receita total, ou seja, R\$ 1.630.610.000,00, ao subtrair a Câmara e Hortoprev restarão R\$ 1.422.174.000,00 (87,22%), do valor restante ao retirar o valor de Receita de capital restarão R\$ 1.274.246.100,00 (78,15%), portanto, a receita disponível para a prefeitura (Tesouro) seria R\$ 887.740.300,00 (54,44%). Neste interregno, Luísa passou a discorrer acerca das despesas por Órgão, subtraindo o valor destinado ao Instituto de Previdência R\$ 158.264.000,00 (10%) e Câmara Municipal R\$ 50.172.000,00 (3%) restando para o Poder Executivo R\$ 1.422.174.000,00 (87%). Despesas por categoria econômica já considerando o valor destinado à Prefeitura: Outras despesas correntes (43%) R\$ 615.112.180,00, Pessoal e Encargos (37%) R\$ 521.163.675,00; reserva de Contingência (0%) R\$ 1.000.000,00; Encargos – dívidas, Precatório, PASEP, Aporte Previdência (9%) R\$ 134.127.000,00; por fim, Investimentos/Inversões Financeiras (11%) R\$ 150.771.145,00. Em seguida sra. Luísa pontuou a somatória das verbas destinadas às Secretarias de Educação e Saúde somadas perfazem o montante de 53%, para a educação o valor será de R\$ 381.430.850,00 (27%). Em atenção às despesas por categoria econômica do valor previsto para a Educação teremos, Pessoal e Encargos (56%) R\$ 214.368.000,00, Investimentos (2%) R\$ 6.883.200,00 e Outras despesas correntes (42%) R\$ 160.179.650,00, totalizando, portanto o montante de R\$ 381.430.850,00. Neste momento a palavra foi direcionada à diretora do Planejamento Orçamentário a sra. Aline Ap. Sgobin Piva, em seu turno citou as despesas por ações da Secretaria de Educação, tais como Construção e Ampliação de Unidades Escolares R\$ 5.198.000,00, Gestão Administrativa e Operacional Da Secretaria De Educação, Ciência E Tecnologia R\$ 7.281.200,00, Assistência à Saúde do Servidor - Educação, Ciência e Tecnologia R\$ 3.094.000,00 dentro outras, como Apoio a Iniciativas da Comunidade – Educação R\$ 2.500.000,00, Bolsa Creche R\$ 28.520.000,00 e etc. Em seguida apresentou as aplicações no Ensino e na Saúde da Receita Total dos Impostos e Transferências que totalizam o valor de R\$ 944.521.000,00, desse valor 24,12% está aplicado na Saúde R\$ 227.798.920,00 e 25% está aplicado no Ensino – Direto e Indireto R\$ 236.130.250,00 nas outras secretarias temos a aplicação de 50,88% representando o valor de R\$ 480.591.830,00. Por fim, citou os principais Investimentos e Ações na Educação que são Construção da Creche Jardim das Flores, Reforma da EMEF Tarsila do Amaral, Aquisição de equipamentos de informática, manutenção e reforma predial, execução das obras de reformas e adequações para a obtenção dos AVCB's, Bolsa Creche, Execução de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação para o atendimento de crianças da modalidade Creche, Atendimento das crianças no Complemento

Educacional, Projeto Robótica e Educação Especial/Inclusiva, Transporte Escolar, Alimentação Escolar, Segurança Alimentar, os recursos do FUNDEB que são aplicados na remuneração dos profissionais da Educação e por fim a continuação do Programa de Desenvolvimento de Carreira dos Servidores da Educação. Aberto para dúvidas, a participante, sra. Claudia Cristina Barbosa Silva questionou a diferença entre Construção e Reforma das Unidades Escolares. Aline respondeu que no caso de construção, trata-se de investimento, novas construções, já a reforma são serviços de reforma e manutenção das unidades. Alguns profissionais da educação tiveram um grande apressado pela apresentação, entendendo pertinente incluí-los no calendário escolar, divulgando de uma forma generosa, sobretudo, às associações de Pais e Mestres e alunos do EJA (ensino para Jovens e Adultos). Outro participante, sr. Eduardo de Jesus S. Novaes, sugeriu um curso de primeiros socorros, principalmente contra engasgamentos a sugestão foi anotada pelos presentes da secretaria. Luísa e Aline agradeceram a presença de todos e por fim a secretaria de Finanças deu por encerrada a audiência às 11:27. Eu, Willian Tetsuo Hosaka Bifon  _____, servidor do Departamento de Planejamento Orçamentário, lavrei a presente ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 22/09/2023 ÀS 10h00

LOCAL: CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE – RUA EUCLIDES PIRES, 205 – REMANSO CAMPINEIRO – HORTOLÂNDIA- SP

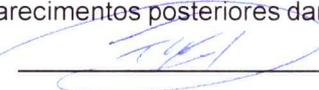
Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
EDUARDO PLATERO	CAE	
Wagner Aparecido dos Santos	SMECT/DSA-Alimentação Escolar	
Lucilaine M. da Silva Jeanabel	CME	
Viviani Gony	CME	
Leandro Cesar de Souza	CACS FUNDEB/CME	
Frisolaine Galvão de Resende	CME	
Marcos C. Gonçalves Scarazzatto	CME	
Simone Custina Antoniel	CACS Fundeb	
Claudia Cristina Paulosa da Silva	CAE-CME-FUNDEB	
Edmundo de Jesus S. Moreira	CACS FUNDEB	
Roberto de J. P. Protelli	CACS FUNDEB	
Aline Ap. Góes Piva	Secretaria de Finanças	
Pedro V. C. Miguel	Secretaria de Finanças	
William T. W. B. Faria	SMF	
MARCIÁ LUIZA DE ANDRADE	SMF - PMM	

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 21/09/2023, ÀS 9h00, PARA A APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024 AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro de 2023, no Conselho Municipal de Saúde, sito endereço Rua das Amoreiras nº 375, Parque dos Pinheiros nesta municipalidade. Compareceram os que assinaram a lista de presença anexa, às nove horas, para a audiência pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual de 2024 ao Conselho Municipal de Saúde. Fora distribuído aos participantes a autorização de uso de imagem e voz, em conformidade com a Lei 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados, bem como formulário de manifestação e participação dos presentes, no referido impresso foi possível escolher até três ações que o participante julgasse importante e ressaltando o espaço para sugestões. A presente audiência se instaurou de forma informativa, devido à ausência de conselheiros, não constituindo, portanto, o mínimo para deliberação, conforme informado pelo sr. Darci Pinheiro, representante do conselho deliberativo presente na ocasião. A referida audiência se iniciou com a apresentação da sra. Maria Luísa Denadai, Secretária de Finanças, que se apresentou, cumprimentou os participantes esclarecendo que no momento um dos objetivos da audiência, seria dar maior visibilidade ao Orçamento, as aplicações e os projetos que constituirão a Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo exercício. Iniciado os trabalhos, Luísa deu uma breve explanação acerca do Planejamento, voltado para a Gestão Pública, esclareceu que os planejamentos Estratégico de Governo, o Planejamento Administrativo, Planejamento de Desocupação do Espaço Urbano e Rural somado às Demandas da população resultam no Planejamento Orçamentário, que por sua vez é dividido em três Leis: o PPA (Plano Plurianual validade de 4 anos, confeccionado no primeiro ano do governo e valido até o primeiro ano do governo seguinte), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias é anual tem por finalidade orientar as despesas públicas) por fim a LOA (Lei Orçamentária Anual, ora em apressão, é anual e explicou que se trata de um detalhamento das receitas e despesas para próximo exercício, sendo que o mesmo será direcionado para o Câmara legislativa para aprovação). Em prosseguimento, Luísa esclareceu que temos uma demanda infinita por parte dos cidadãos, seja no âmbito da educação, saúde, segurança, infraestrutura etc. de outro lado temos os recursos que são finitos, dentre eles podemos citar os financeiros, humanos, estrutura e ainda os limites, estabelecidos pela Lei. A Secretária preconizou que a demanda é infinita, afinal, por mais que melhore o serviço aumentam-se os usuários. Ainda aos participantes, fora apresentado uma imagem, exemplificando de forma didática o cenário do Planejamento Orçamentário convertido em um orçamento doméstico onde os integrantes da família citam as despesas a serem superadas e a criança preocupada, uma vez que não sobraria recurso para a aquisição de sua bicicleta. No exemplo, a bicicleta seria o investimento a ser realizado pelo poder público. Na sequência, ressaltou que os objetivos do administrador público deverão constar nas seguintes leis: PPA - Plano Plurianual este por sua vez tem validade de 4 anos, confeccionado no primeiro ano do governo prazo para apresentação é 31 de agosto e valido até o primeiro ano do governo seguinte. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias – estabelece diretrizes e metas para o orçamento é anual e deve ser apresentado até o dia 15/04 e por fim temos a LOA - Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a

despesa, e deve ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores e após transformado em Lei seu prazo para apresentação 30/09. Neste momento, foi indagada pelo sr. Darci Pinheiro (representante dos conselheiros) acerca da percentagem repassada à câmara de 6%, prontamente Luísa esclareceu que, dentro das linhas legais, tal fração é o limite imposto pela norma legal, entretanto, nada impede que poderia ser uma fração menor, tratando-se de um Limite que não poderia ser transposto. Tratando-se de LOA para o exercício de 2024, tema da presente audiência, passou a explicar. Compõe a referida lei uma estimativa de receita fixando, ainda a despesa para o ano a que se refere; previsão de valores dos Programas e ações definidos na LDO, detalhamento da receita por fonte de recurso e código de aplicação, projetando a arrecadação de cada recita, exemplificando IPTU, ICMS, IPVA (de veículos cadastrados no município) FUNDEB etc., despesas por categoria econômica, fonte de recurso e código de aplicação, custo anual de programas, ações e dotações orçamentarias devendo todas estas informações serem compatíveis com o PPA e LDO. Passou a lecionar sobre o processo de elaboração da competente LOA. Inicialmente, calcula-se as previsões de receita com base da arrecadação dos anos anteriores e de 2023 até agosto, sendo que cada uma das receitas é corrigida de uma forma diferente, levando em conta a inflação prevista (IPCA), a variação do PIB, Índice de Participação do Município (ICMS), histórico, etc. Dentre as receitas cabe ressaltar as Tributárias (IPTU, IR, ISS, ITBI, Taxas), as de Contribuições (Previdência Social, CIP), a Patrimonial (juros de recursos vinculados e não vinculados), a de Transferências Correntes (FPM, SUS, FNAS, FNDE, ICMS, IPVA, FUNDEB), outras receitas correntes e a receita de capital. Em seguida explicou o processo do cálculo da previsão das despesas, onde calculam-se a Folha de Pagamento, Dividas do Município, repasse a Câmara, contratos (dando continuidade aos contratos já iniciados), obras e outros custeios como água, energia, telefone, PASEP, cesta básica, combustíveis, materiais diversos, subvenções, e etc. Feito este levantamento caso a receita seja maior passamos a incluir novas despesas ou investimentos. Luísa ainda pontuou que a norma limita algumas despesas tais como: 1-Despesa com folha de pagamento, limite 54% da Receita Corrente Líquida, no entanto, há um limite prudencial de 51,30%; 2-Ensino (mínimo e 25% do valor arrecadado com impostos); 3-Saúde (mínimo 15% do valor arrecadado com impostos); 4-Despesas com profissionais da educação: mínimo 70%-Fundeb; 5-Receitas e Despesas devem estar equilibradas ao nível de recurso e vinculação. Realizadas as devidas considerações, passamos a confeccionar o texto do projeto de lei e mensagem, juntam-se os anexos e os gráficos e protocola-se na Câmara, que neste ano será até o dia 29/09/2023. Luísa deu continuidade, apresentando os valores previstos para o próximo exercício, das quais temos uma evolução da receita total de 22,2% comparado a projeção de 2023 totalizando R\$ 1.630.610.000,00, ressaltando os índices de cálculo, PIB 2,3%, inflação 3,9% e dólar a R\$ 5,00 (boletim focus), já em atenção a Receita Corrente Líquida verificou-se uma previsão de evolução de 14,7% totalizando R\$ 1.325.446.300,00. As principais receitas apresentadas foram o ICMS com R\$ 335.000.000,00, o ISS com R\$ 223.400.000,00, o FUNDEB com R\$ 195.840.100,00, o FPM com R\$ 138.450.000,00, o IPTU com R\$ 77.500.000,00 e o IPVA com R\$ 60.850.000,00, citou ainda a receita por Categoria Econômica sendo Transferência Corrente (líquida do FUNDEB) R\$ 824.899.800,00 (51%); Receita Patrimonial R\$ 58.734.000,00 (4%), Contribuições R\$ 144.926.000,00 (9%), Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria R\$

425.123.000,00 (26%), Transferências de Capital R\$ 25.584.900,00 (1%), Alienação de bens R\$ 15.000.000,00 (1%), Operações de Crédito R\$ 107.343.000,00 (6%), Receitas de Serviços R\$ 10.000,00 (0%) e Outras Despesas Correntes R\$ 28.989.300,00 (2%). Em se tratando em receita por Fonte de Recurso sra. Luísa apresentou a seguinte projeção 57% são do Tesouro equivalente a R\$ 937.912.300,00, 14% Recurso Estadual R\$ 226.287.100,00, 10% Administração Indireta R\$ 158.264.000,00, 12% Recurso Federal R\$ 200.334.600,00, 7% Recursos oriundos de Operações de Crédito R\$ 107.368.000,00, Fundos que correspondem a R\$ 444.000,00 (não considerável percentualmente) o que totaliza R\$ 1.630.610.000,00. Em análise a Receita por origem de recursos – perante a secretaria de Saúde, que abrigou esta audiência, temos o total de R\$ 376.826.120,00 destinados da seguinte forma: Tesouro R\$ 227.915.920,00 (61%), Saúde – SUS R\$ 122.124.000,00 (32%), Saúde outros convênios R\$ 10.746.200,00 (3%) e Saúde Convênio de Receita de Capital R\$ 15.923.000,00 (4%). Em resumo a Receita por Fonte de Recurso do Tesouro na Secretaria de Saúde representa 60% R\$ 228.032.920,00, Estadual 6% R\$ 21.717.000,00 e Federal 34% R\$ 127.076.200,00. Luísa em ainda em sua explanação ressaltou que da receita total, ou seja, R\$ 1.630.610.000,00, ao subtrair a Câmara e Hortoprev restarão R\$ 1.422.174.000,00 (87,22%), do valor restante ao retirar o valor de Receita de capital restarão R\$ 1.274.246.100,00 (78,15%), portanto, a receita disponível para a prefeitura (Tesouro) seria R\$ 887.740.300,00 (54,44%). Neste interregno, Luísa passou a discorrer acerca das despesas por Órgão, subtraindo o valor destinado ao Instituto de Previdência R\$ 158.264.000,00 (10%) e Câmara Municipal R\$ 50.172.000,00 (3%) restando para o Poder Executivo R\$ 1.422.174.000,00 (87%). Em atenção ao valor destinado ao poder Executivo a previsão é que 26% serão destinados a Saúde resultando R\$ 376.826.120,00, classificando este montante em Despesa por Categoria Econômica teremos Outros Serviços de Terceiros com (58%) R\$ 216.961.100,00, Pessoal e Encargos (38%) R\$ 143.497.675,00 e Investimentos (4%) R\$ 16.367.345,00. Luísa ainda apresentou as Despesas por Ação tais como Construção, Ampliação e Reforma De Unidades De Saúde – AP total R\$ 270.200,00; Equipamentos Da Saúde – AP R\$ 450.100,00; Construção, Ampliação Reforma De Unidades De Saúde – AE total R\$ 23.761.400,00; Equipamentos Da Saúde – AE R\$ 2.188.100,00 dentre outros valores. Destacou ainda algumas despesas por Ações, tais como locação de imóveis Saúde – Atenção Básica R\$ 320.100,00, Custeio Estadual R\$ 1.171.000,00, gestão dos serviços de Saúde R\$ 145.048.400,00, dentro outros valores. Em prosseguimento sra. Luísa ainda esclareceu que o valor de R\$ 944.521.000,00 provenientes de receitas de um grupo de Impostos e de Transferência, por lei, ao menos 15% devem ser aplicados na saúde, no entanto, a prefeitura está aplicando 24,12% ou seja, R\$ 227.798.920,00 demonstrando de forma inequívoca a preocupação do governo com a população hortolandense. Por fim apresentou os principais investimentos e ações perante tal secretaria dentre eles estão a Reforma do Hospital e Maternidade Mario Covas, Requalifica UBS - Reforma São Bento, Construção CER, Construção de 3 CAPS, Reforma UPA Nova Hortolândia, Reforma UPA Amanda, Reforma UPA Rosolem, Gestão dos Serviços de Saúde, Medicamentos, Atendimento de sentenças judiciais, Análises Laboratoriais, Programa de Desenvolvimento de Carreira dos Servidores da Saúde e Combate e Prevenção DST/AIDS. Por fim, a sra. Cidinha Bambini, fez algumas considerações, tais como, não adianta apenas construir novas unidades de saúde, se não

houver estruturação de equipamentos e recursos humanos; lembrou ainda que os valores apresentados demonstram de forma muito positiva que o governo está investindo muito na educação e saúde dos cidadãos hortolandenses. Darci, em seu turno, desculpou-se pela ausência de alguns conselheiros, agradecendo, entretanto, a presença e as explicações da Secretaria de Finanças. Por fim, sra. Luísa agradeceu aos presentes colocando-se a disposição para sanar eventuais esclarecimentos posteriores dando por encerrada a audiência às 10:43. Eu, Willian Tetsuo Hosaka Bifon  _____, servidor do Departamento de Planejamento Orçamentário, lavrei a presente ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024
REALIZADA EM 21/09/2023 ÀS 9h00

LOCAL: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – RUA AMOREIRAS, 375 – PARQUE DOS PINHEIROS – HORTOLÂNDIA- SP

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Richard de Melo	SMS / Planejamento	Richard de Melo
William Telson H. Biron	SMF / Planej. Orçamentário	[Assinatura]
Darle Pinheiro de Oliveira	Conselho Municipal de Saúde	[Assinatura]
Fátima Gomes	Conselho de Saúde - Gestões	Fátima Gomes
Cláudia Zanaboni	SMS - Planejamento	[Assinatura]
Adriana Hipólito	SMS - U. Adm.	[Assinatura]
Ana Benedita	SMS - A. Bacia após	[Assinatura]
Juliana R. Ramos	OS - BHCL	Juliana R. Ramos
[Assinatura]	OS - BHCL	[Assinatura]
Marcos S.S. de Mendonça	Conselho de Saúde / Usuário	[Assinatura]
Apresenta Bandini Naide	SMS - Planejamento	Apresenta Bandini Naide
Maria dos Anjos da Conceição	Conselho de Saúde	[Assinatura]
Lívia Garcia	SMS - U. Adm.	Lívia Garcia
Camila Basilio	Conselhos de Saúde	Camila Basilio
[Assinatura]	CMF	[Assinatura]
CRISTIANO REZENDE PENHA	FINANÇAS	Crstian R Penha

